

Hora de conversão

Comenta-se que o Conselho Monetário Nacional poderá, na sua próxima reunião, tomar uma decisão a respeito da conversão de parte da dívida externa em capital de risco. Caso isso ocorra, seria o desenlace tão aguardado e poria fim a comentários de todo tipo que têm sido veiculados sobre o assunto.

Diversos projetos já foram divulgados até o momento. O governo, manifestamente, não procurou apressar-se em resolver essa pendência. Limitou-se a criar a expectativa, ora vinculando a conversão à renegociação da dívida externa, ora tratando-a separadamente. Em qualquer uma das hipóteses, as autoridades não se deram o trabalho de explicitar o cenário dentro do qual a conversão seria incluída.

É importante observar que, após alguns episódios relativos à participação do capital estrangeiro na economia, a questão da con-

versão tornou-se sumamente mais delicada. O governo partiu para a confrontação contra a Autolatina e os constituintes resolveram impedir que os capitais estrangeiros participem da distribuição de combustíveis. Enquanto isso, as estatísticas do Banco Central mostram que as remessas de lucro têm crescido, reiterando o fato de que, no ano passado, houve desinvestimento líquido de capital dessa origem. E, portanto, neste cenário que a conversão adquire toda sua importância.

A rigor, o governo poderia até ter pensado em tornar a conversão mais atrativa alguns anos atrás, antes que a dívida externa se transformasse em fonte permanente de crise cambial. Mas, já na década de 70, o País optou pelo ingresso de capital estrangeiro, principalmente sob a forma de empréstimos, em vez de verificar se as condições en-

tão existentes poderiam pelo menos propiciar, em proporção mais expressiva, a entrada de capital de risco.

Neste sentido, a demora em se definir um novo projeto de conversão agravou o cenário. A cada estudo divulgado, fosse ele oficioso ou oficial, surgiam pretextos os mais variados para que sua implementação fosse postergada, ou reexaminada, parcial ou totalmente. As opções não faltaram e expressaram contribuições importantes por parte do setor privado inclusive.

Na realidade, até que uma decisão seja tomada, o episódio terá demonstrado a indecisão do governo em matéria de política econômica, somada às pressões políticas do momento. O risco, no entanto, é grave. O governo pode tirar a eficiência de um mecanismo que interessa a muitos e que demonstraria a disposição de conviver harmoniosamente com o capital estrangeiro.